

1 Resultados iniciais da pesquisa deste artigo foram apresentados no X Congresso Latino-Americano de Semiótica (2024) por meio de comunicação oral.

Performance de parresia e a coragem da falsa simetria: um estudo de caso da revista *Veja*¹

Performance of parrhesia and the courage of false symmetry: a case study of *Veja* magazine

**LIDIANE SANTOS
DE LIMA PINHEIRO**

orcid.org/0000-0002-0772-4349

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Salvador (BA). Brasil.

**RENATA CORREIA
LIMA FERREIRA GOMES**

orcid.org/0000-0001-6509-654X

Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia (UFRB)
Santo Amaro da Purificação (BA). Brasil.

**TARCÍSIO DE
SÁ CARDOSO**

orcid.org/0000-0002-1093-5307

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Salvador (BA). Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RESUMO:

O artigo se insere na discussão contemporânea sobre as nuances de desinformação no discurso jornalístico e tem o objetivo de problematizar o modo retórico aqui chamado de “performance de parresia”, que simula uma “coragem” de relatar a “verdade”, baseada na proposta Foucaultiana. Toma como caso a reportagem de capa da edição 2880 da revista *Veja*, na qual pautas sociais relacionadas a bandeiras políticas progressistas são interpretadas pela lente da expressão “movimento woke”. A metodologia da pesquisa é composta por análise qualitativa, revisão de literatura e estudo de caso. O texto inicia com a discussão sobre as relações tensivas entre jornalismo e desinformação para, em seguida, apresentar uma análise das estratégias de simulação e dissimulação da reportagem analisada. A partir disso, identifica como a matéria produz simetria entre posições políticas opostas, propondo equivalência entre dois lados do debate. O artigo elucida também como tais dispositivos retóricos empregados por *Veja* constituem o que chamamos de performance de parresia e conclui que a revista simula uma “coragem da verdade”, supostamente capaz de revelar a própria realidade sobre o complexo estado das lutas políticas e sociais no Ocidente, a partir de uma falsa simetria.

PALAVRAS-CHAVE:

Desinformação; Falsa simetria; Parresia; Retórica; *Veja*

ABSTRACT:

This article contributes to the contemporary discussion on the nuances of disinformation in journalistic discourse. It aims to problematize the rhetorical approach referred to as the “performance of parrhesia”, and uses the cover story of issue 2880 of *Veja* magazine as a case study. In that report, social issues related with progressive political agendas are interpreted through the lens of the expression “woke movement,” which provides a contemporary context for the research. The present research employs a qualitative analysis methodology, literature review and case study. The paper begins with a discussion of the tense relationships between journalism and disinformation, followed by an analysis of strategies of simulation and dissimulation present in the case study. From this analysis, we identify a rhetorical strategy of producing symmetry between opposing political positions, which consists of proposing equivalence between two sides of a debate. The article also elucidates how such rhetorical devices employed by *Veja* constitute what we call the performance of parrhesia, in line with Foucault’s ideas, and concludes that the magazine simulates a “courage of truth,” supposedly capable of revealing the reality of the complex state of political and social struggles in the West, through a false symmetry.

KEYWORDS:

Disinformation; False Symmetry; Parrhesia; Rhetoric; *Veja*.

INTRODUÇÃO

A capa da edição 2880 da Revista *Veja*, publicada em 16 de fevereiro de 2024, apresenta um homem branco com expressão raivosa e dedo em riste, como se apontasse para o leitor, em fundo vermelho, remetendo sugestivamente ao ódio e a espectros políticos socialistas. Sua camisa branca ostenta 9 bottons com símbolos associados a bandeiras como acessibilidade, feminismo, LGBTQIA+, movimentos pró-palestina e movimento negro, o que sugere identificação do personagem com ideias progressistas (Fig. 1).

FIGURA 1.

Capa da edição 2880 da revista *Veja*.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2880/>



O título “O exagero da patrulha” é seguido pela explicação: “Em nome do louvável propósito de banir o preconceito da sociedade, a turma que abraça a cartilha do politicamente correto sem limites — o *woke* — acaba por reproduzir a intolerância que diz combater”. Mas o que significa *woke*? Nas palavras da jornalista da *Veja*,

Nascida e nutrida entre os estudantes das universidades americanas de elite, um caldeirão de ideias progressistas, a onda *woke* (derivada de *wake*, acordar em inglês) tem na origem a virtuosa intenção de combater injustiças e promover maior diversidade e valorização de minorias — leque que abrange negros, imigrantes, mulheres, homossexuais e trans. [...] Resumidamente, o *woke* é o politicamente correto (PC) — fincado no genuíno cuidado ao falar e agir para não ofender minorias — elevado à última potência (Péchy, 2024).

Na ilustração da capa, que materializa iconicamente o *woke* como o politicamente correto elevado à potência do destemperamento, um detalhe não passa despercebido: a mão do personagem tem seis dedos, o que é um forte indício

de uso de inteligência artificial generativa na produção da imagem. Não cabe aqui desenvolver as consequências semióticas e retóricas da inclusão das IAs generativas no fazer jornalístico, mas é notável que a criação tecnologicamente mediada de imagens e textos verbais reorganiza não apenas as dinâmicas da produção nas grandes redações, mas a própria dinâmica de produção de sentidos, quando os arranjos sógnicos co-produzidos (por atores humanos e não humanos) entram em circulação.

Interessado nas questões semiótico-discursivas de produtos culturais como esse, o artigo toma como caso a edição 2880 da *Veja*, a partir da capa e da matéria principal da editoria Mundo, assinada por Amanda Péchy e ironicamente intitulada *Os donos da verdade* na edição impressa e atualizada na versão on-line como *Onda 'woke' ganha força e reproduz a intolerância que diz combater*. Sobre o mesmo tema, são publicados mais dois textos em tal edição: a coluna de Fernando Schuler, *A era da fragilidade: O ambiente tóxico criado pelas guerras culturais atuais surge como um jogo em que todos perdem*, e o editorial *Carta ao Leitor: A beleza das diferenças*. Neste último, a asserção inicial com valor de verdade universal, “A diversidade é inegociável”, seguida por uma conjunção adversativa, dá o tom paradoxal à argumentação da revista: “[...] Contudo, e como constatação de que o ser humano é complexo, a bandeira de direitos justíssimos produziu exageros”. Ao longo de toda a edição, a *Veja* defende que o *woke* tem reproduzido a intolerância e a injustiça em manifestações “exageradas” do politicamente correto, o que nos parece uma relação de falsa simetria — hipótese a ser examinada neste artigo.

Muitos estudos já se debruçaram sobre a *Veja* e concluíram que ela não se contrapõe às instâncias de poder (a exemplo de Silva, 2005). Contudo, novos olhares investigativos para a atualização das estratégias enunciativas da revista semanal mais lida (e provavelmente a mais influente do país) podem inspirar reflexões teóricas sobre as nuances desinformativas de modalidades performativas do discurso jornalístico, como a falsa simetria, e esse é um debate contemporâneo ainda em maturação, com o qual pretendemos contribuir.

Quando a função informativa do jornalismo cede à construção de falsas simetrias, cabe questionar se não é o próprio jornalismo que está funcionando como um espaço de desinformação. Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2020, p. 5) quando ela defende que, para combater os efeitos da desinformação, interessa menos denunciar a intencionalidade da ação do que “perceber as nuances de mascaramento, apropriação, disfarce, dissimulação” que a circundam. Baseando-se na reflexão sobre práticas jornalísticas que possuem nuances de desinformação, mesmo justificadas por uma suposta “coragem de expor a verdade”, o presente artigo visa problematizar o modo retórico aqui chamado de performance de parresia, como o que sustenta o discurso da *Veja* sobre a “onda *woke*”. Por performance de parresia entendemos a simulação de uma fala parresiasta, isto é, o modo retórico que simula uma atitude corajosa frente a uma verdade que precisaria ser dita. Como veremos, a retórica da *Veja* reage às crescentes reivindicações sociais, externalizando certo alinhamento com o pensamento crítico de setores conservadores sobre o tema, mas o discurso em questão não corresponde ao que deveria ser o gesto parresiasta, de

acordo com Foucault (2011), e, sim, a uma performance de parresia, pois não se sustenta na práxis social.

A metodologia adotada é qualitativa e teórica, na medida em que examina “conceitos, discutindo sua validade, problemas e como eles podem auxiliar a compreender a realidade” (Martino, 2018, p.96), mas a pesquisa é também composta por estudo de caso, pois investiga um produto jornalístico específico. O referencial teórico do artigo inclui os estudos de Oliveira (2020) e Rietjens (2019) sobre as formas de simulação e dissimulação presentes na retórica da desinformação, a base conceitual sobre a enganação, tal como sistematizada em Whaley (1982), e a discussão foucaultiana sobre a verdade e a parresia. Na análise da reportagem da *Veja*, é destacada a dimensão lexical, isto é, o texto da matéria é examinado como um dispositivo próprio da *elocutio* — formalização verbal de argumentos retóricos (Barthes, 2001, p. 46). Porém, não apenas o texto verbal é investigado, mas também o texto visual, na medida em que as imagens apontam elementos importantes para as associações semânticas que a revista propõe.

O corpo do artigo está dividido em duas partes, nas quais as reflexões teóricas e a análise do caso em questão dialogam. A primeira parte, com base em revisão de literatura, discute a relação entre desinformação e a crise epistêmica do jornalismo, identificando como produções jornalísticas, que supostamente funcionam como um antídoto à desinformação, podem acabar promovendo-a. Para demonstrar as nuances da simulação e dissimulação no jornalismo, analisamos os artifícios retóricos na matéria principal da *Veja* que sustentam a associação entre as lutas sociais progressistas (apresentadas como “movimento *woke*”) e a injustiça social à qual tais lutas se opõem, além de refletirmos sobre a falsa simetria em tal associação. Na segunda parte, o conceito de parresia de Foucault é apresentado e relacionado ao discurso da *Veja*, a fim de problematizar a construção retórica de tal discurso e evidenciar que ela se caracteriza, fundamentalmente, pelo que chamamos de performance de parresia.

CRISE EPISTÊMICA E O DEBATE ENTRE JORNALISMO E DESINFORMAÇÃO

O jornalismo como instituição esteve, desde seus primórdios, associado a ideais de fazer circular na esfera pública informações de interesse público, de modo a permitir que os cidadãos da *pólis* tivessem meios para tomar suas decisões na realidade social em que viviam. Boa parte da produção jornalística contemporânea, e até mesmo a produção acadêmica sobre o jornalismo, valoriza o “saber” profissional que lhe garante um lugar de “autoridade epistêmica” em sociedades democráticas. No entanto, desde 2016, com o fervor da discussão sobre *fake news*, a imprensa precisou aumentar a defesa de que o jornalismo e a desinformação estariam em lados opostos na disputa sobre a legitimidade dos discursos que circulam, sobretudo, através das redes sociais digitais. Essa reação se relaciona com a crise na autoridade epistêmica que o jornalismo vem sentindo ultimamente, na medida em que seu lugar de representante legítimo da informação correta (em contraste com a informação falsa, o *fake*) tem se tornado socialmente fragilizado (Oliveira, 2020, p. 27; Van Zoonen, 2012, p. 57-59).

Para Albuquerque (2020), a origem da expressão *fake news* está relacionada à teoria da opinião pública, que desde Walter Lippmann constitui as bases para os modos como ainda hoje pensamos o jornalismo. Segundo Albuquerque, Lippmann “é o verdadeiro autor do conceito de *fake news*”, pois se há o “*fake*” (relato não confiável) é porque há o “não *fake*” (relato noticiado por uma instituição confiável), e se for possível distinguir entre ambos, isto implica o reconhecimento de um sujeito com poder epistêmico, isto é, o poder de “definir uma coisa e outra” (Albuquerque, 2020, p. 193).

Seguindo tal argumento, vale lembrar que instituições como agências de checagem, imprensa, mídias sociais, judiciário, corporações etc. reivindicam, a cada uso dos instrumentos que têm a seu dispor, o discurso da verdade. No entanto, tais instituições autodeclaradas validadoras do que é legítimo não possuem epistemologias, sendo muitas vezes marcadas, ao contrário, por discursos frouxos (Albuquerque, 2020, p. 194). Desse modo, a promoção da própria ideia de *fake news* por instituições midiáticas constitui, nesta leitura, o discurso da reivindicação de monopólio da verdade. Assim, Albuquerque sugere que os problemas da desinformação estão também dentro do próprio jornalismo. Por exemplo, “Nas manchetes da CNN, há basicamente um título chamativo, sensacionalista, sobre um fenômeno não concreto. Não é mais notícia” (Albuquerque, 2020, p. 195). A seguir, observaremos como se manifestam, no estudo de caso da reportagem de *Veja*, os aspectos elencados por Albuquerque de matérias que não parecem jornalísticas, justamente, por perderem sua funcionalidade informativa.

Na capa da *Veja*, não apenas a manchete, mas sua imagem reforça o distanciamento do factual. Quando a revista coloca na capa uma figura humana produzida artificialmente, diga-se, vociferando, apontando o dedo para frente justaposta com os dizeres “O exagero da patrulha”, ela cria um signo proposicional que fala dos exageros de cidadãos politizados como um excesso descabido. Vista de dentro de uma estrutura argumentativa com premissas e conclusões, a proposição em questão (“Os exageros dos cidadãos politizados são um excesso descabido”) se torna uma “proposição forte”, no sentido de que veicula informação nova e, portanto, reclama por sustentação em outras proposições que compõem o argumento. Este tipo de “proposição forte” (que pretende defender uma tese que pode perfeitamente ser considerada controversa) reclama por evidências ou justificativas (premissas que sustentem tal conclusão). No entanto, no decorrer de toda a reportagem à qual o título faz referência, não há evidências ou justificativas suficientes para tal tese. Ao contrário, como veremos adiante, há uma série de artifícios retóricos que advogam a favor de outra tese forte: a de que defensores de bandeiras políticas como os movimentos antirracistas, por igualdade de gênero ou liberdade sexual, muitas vezes se igualam a meros agressores e promotores do ódio na sociedade.

Na atual era digital, cujos desafios das disputas de narrativas se dão em meio a um cenário de constante circulação de informação e desinformação, a linha de fronteira entre os saberes confiáveis e as falácias ou mentiras oportunistas parece borrada. Porém, as práticas relacionadas à desinformação não se restringem apenas a pessoas mal intencionadas nas mídias sociais, mas podem também atravessar as próprias instituições epistêmicas, como a imprensa.

2 A expressão no idioma original é “*information disorder*” (Derakhshan; Wardle, 2017). Neste trabalho, adotaremos a tradução “desordem informativa”, seguindo a tradução sugerida por Raquel Recuero (2020).

Após uma revisão de literatura sobre o tema, verificou-se que as atuais discussões sobre desinformação costumam remeter à ideia de desordem informativa. Derakhshan e Wardle (2017) chamam de desordem informativa² o tipo geral de mensagens falsas ou com intenção de causar algum tipo de dano na esfera social. Os autores dividem a desordem informativa em três conceitos de difícil diferenciação em português. São eles: *misinformation*, *disinformation* e *malinformation*. Nesse contexto, desinformações (*disinformations*) seriam “informações falsas e criadas deliberadamente para prejudicar uma pessoa, grupo social, organização ou país” (Derakhshan; Wardle, 2017, p. 9). Para Simion (2023), essa noção apresenta problemas, pois, de acordo com tal definição, desinformação é um tipo de informação, o que gera uma contradição. Afinal, como também explica Santaella (2023, p. 25), na origem da ideia de desinformação estaria justamente o contrário (logo, desinformação seria o antônimo) de informação.

A literatura brasileira tem dedicado bastante atenção a definir, contextualizar, mapear e apresentar as estratégias para combater a desinformação (ver, por exemplo, Araújo; Oliveira, 2020; Oliveira, 2020a, 2020b; Santaella, 2023). Mas o presente trabalho vai dialogar, particularmente, com as pesquisas de Thaiane Oliveira (2020), por conta tanto da posição crítica da autora em relação às formas comuns de combate à desinformação, quanto pela análise, inspirada em Rietjens (2019), das estratégias retóricas presentes nas mensagens da desinformação. Como também pretendemos aqui destacar aspectos retóricos e discursivos de um produto jornalístico, seguimos a sugestão desses autores de recuperar o conceito *deception*, formulado por Whaley (1982), e que Oliveira (2020) traduz por “engano”, mas que vamos aqui traduzir por “enganação”. Isso porque a teoria original de Whaley (1982) estava mais interessada nos processos pelos quais se gera um efeito de sentido ilusório no público alvo, como ocorre em um truque de magia ou em uma tática militar de iludir o oponente sobre o poder bélico de que se dispõe. Portanto, o autor toma enganação (*deception*) como uma percepção equivocada de um fenômeno, gerada pela ação deliberada de outrem, como lemos a seguir.

3 Versão original: “Deception is the distortion of perceived reality. Operationally, it is done by changing the pattern of distinguishing characteristics (chares) of the thing (whether object or event) detected by the sensory system of the target. The task (purpose) of deception is to profess the false in the face of the real.”

Enganação é a distorção da realidade percebida. Operacionalmente, é feita alterando o padrão de características distintivas (caracteres) da coisa (seja um objeto ou um evento) detectada pelo sistema sensorial do interlocutor. A tarefa (propósito) da enganação é professar o falso diante do real (Whaley, 1982, p. 182, tradução nossa).³

Tal enganação, ou ação de enganar, pode se dar de dois modos: dissimulação e simulação (Whaley, 1982, p. 183). Dissimulação é aquilo que é encoberto, oculto da realidade do interlocutor. Já a simulação corresponde àquilo que é apresentado ao interlocutor com um padrão verossímil como se fosse a própria realidade. Cada uma delas se subdivide em três tipos. A dissimulação, isto é, o ocultamento de algo que se sabe, pode se dar por: mascaramento (invisibilizando um fenômeno), reembalagem (alterando sua aparência), ou ofuscamento (confundindo por deslumbramento, isto é, por meio de um efeito estonteante). Já a simulação, isto é, o ato de apresentar o falso com verossimilhança, se dá também de três modos: imitação (copiando ou mimetizando aspectos de um fenômeno), invenção (exibindo outra coisa no lugar de algo) ou promoção

de uma emboscada (utilizando uma isca, colocando uma armadilha epistêmica ou distraindo a atenção da audiência enquanto a dirige a um embuste). A seguir, essas categorias de simulação e dissimulação serão utilizadas para analisar a reportagem “Onda ‘*woke*’ ganha força, e reproduz a intolerância que diz combater”.

Cumprir notar que a dissimulação aparece de uma forma bastante evidente no caso em análise. Há mascaramento no modo como o texto reconhece a complexidade do “movimento *woke*” como cinismo (na acepção corrente e vulgar da palavra), ao reduzir suas ações a uma forma de intolerância, a mesma que “diz combater”. A carência de fontes, na matéria, que explicassem os tensionamentos sociais e sua importância para a transformação da realidade acaba por dificultar a compreensão das nuances de tal fenômeno e, logo, da efetiva complexidade do tema. O mascaramento ocorre também na diferença entre a sutil sugestão de uma diversidade nas formas de manifestação das pautas identitárias e a ênfase na ação que a reportagem considera exagerada. Ao desequilibrar discursivamente a balança para o lado do exagero, a reportagem acaba mascarando as demais posições do espectro, a fim de sustentar a versão estereotipada segundo a qual o politicamente correto pode ser tão violento quanto os discursos que o atacam. O trecho a seguir exemplifica isso:

O problema está no *modus operandi* dos adeptos mais intransigentes. Imbuídos de certezas absolutas, eles atiram pedras para todo lado e recorrem à internet para sumariamente cancelar todo e qualquer suspeito de desvio das bandeiras que empunham, reproduzindo por vezes, eles próprios, a intolerância que combatem (Péchy, 2024).

Esse recorte é emblemático também por promover o segundo tipo de dissimulação: a reembalagem. Ao invisibilizar conquistas sociais ou o pacifismo pregado por tais bandeiras, não demonstrando como aqueles que lutam por equidade e tolerância acabam por promover justiça social, a reportagem acaba colocando na mesma embalagem todo o debate identitário ou progressista e rotulando-o como “onda *woke*”. Não se deve ignorar que a adoção do termo “*woke*” já é carregada semanticamente por uma pauta política “anti-*woke*”, que no nosso país poderia ser traduzida como a pauta do movimento reacionário que se declara abertamente “contra o politicamente correto”. Desse modo, tratar os movimentos sociais como extremistas é alterar a sua aparência original de uma luta social por justiça para reenquadrá-la como algo negativo e disfuncional.

Outra forma de dissimulação, um tanto mais difícil de ser identificada, está no ofuscamento por meio de artifícios retóricos que ludibriam o leitor. Há ofuscamento no texto quando utiliza uma linguagem emotiva, carregada de julgamento e argumentação pelo exemplo. A matéria elenca casos isolados de intolerância atribuída ao “movimento *woke*” para forjar uma generalização em sua análise (supostamente crítica, como veremos no próximo tópico), o que acaba funcionando como uma falácia indutiva (Allen, 2017, p. 98-105) — a exemplo da relação causal entre as manifestações pró-Palestina em Harvard e a intolerância que teria levado à renúncia da reitora, acusada de conivência com um “nítido antisemitismo”, nas palavras da *Veja*.

Perguntada se “pedir o genocídio dos judeus viola as regras de Harvard”, respondeu duas vezes: “Depende do contexto”. A resposta foi uma *postura essencialmente woke*, uma vez que, segundo a cartilha, não se poderia, nem mesmo diante de uma *inaceitável manifestação de intolerância*, cercear a liberdade de expressão (Péchy, 2024, grifos nossos).

Adjetivos como “nítido” e “inaceitável”, pela força que imprimem àquilo sobre o que se conclui, ofuscam outras interpretações possíveis para casos como esse. Uma vez entendida a dimensão retórica da dissimulação, cabe agora explicitar os mecanismos de simulação empregados na matéria. O tipo mais evidente de simulação é a imitação. Em trechos como “o tema [racismo] deve, sem dúvida, ser martelado, dado que o preconceito ainda persiste em muitos graus” (Péchy, 2024), é notável que a reportagem imita o discurso de defesa dos direitos humanos, reconhecendo formas de preconceito. No entanto, o texto usa esse argumento para sugerir, logo em seguida, que o movimento antirracista é não só excessivo, mas perigoso para a estabilidade social, pois revisionista — “Mas o imprescindível combate à intolerância perde pontos quando os excessos do *woke* sugerem revisionismos extraordinários” (Péchy, 2024). Sobre esse tipo de argumentação, Perelman e Tyteca (2005, p. 221) explicam: “A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e de sua negação, ao tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e, com isso, inutilizável”. Portanto, o artifício retórico de imitação, a partir do qual se admite o antirracismo para refutar seu excesso, promove a tese de que o “movimento *woke*” é contraditório em si mesmo (já que é igualmente violento), minando a autenticidade das pautas atribuídas ao movimento.

O segundo tipo de simulação (invenção) é notado nas imagens da capa e da matéria (Péchy, 2024), representativas do “movimento *woke*”: um homem e uma menina, ambos brancos, com bottons que simbolizam pautas identitárias e uma expressão típica de raiva ou ódio no olhar (sobrancelhas arqueadas no centro, olhar frontal, dedo em riste). A partir dessa caracterização inventada, provavelmente com o uso de IA, a invalidação da mobilização social fica mais fácil, pois o dedo em riste e a expressão facial raivosa dos personagens criam uma impressão de acusação e equivalência aos ataques promovidos por discursos odiosos nas redes sociais digitais.

Conforme Santos e Silva (2016, p. 5), o discurso de ódio é a “prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias, ou ainda, a sujeitos que pertencem a estas coletividades, sendo algo que pode estar relacionado ao desrespeito à diferença e à identidade”. Há, portanto, uma forte relação entre o discurso de ódio e a intolerância — da qual a *Veja* acusa o movimento *woke*. Porém, como veremos a seguir, essa lógica não se sustenta se considerarmos que “O discurso do ódio [...] ganha projeção a partir da ação de [...] sujeitos que propagam mensagens preconceituosas, geralmente contra as minorias sociais tendo como base o racismo, as diferenças religiosas, étnicas ou de nacionalidade.” (Quadrado; Ferreira, 2020, p. 422).

Cumpre lembrar que a pauta identitária não se constrói contra algo ou alguém, mas contra a violência que grupos historicamente oprimidos sofreram. O lugar

semântico de equivalência segundo o qual o “movimento *woke*” ataca tanto quanto aqueles que ele denuncia, em um processo de mascaramento, como já explicado, inventa um novo olhar para o próprio fenômeno (“*woke*”) nessa disputa social.

É preciso destacar que, enquanto o ódio a grupos historicamente violentados (mulheres, negros, homossexuais etc.) é motivado pela mera aversão ao outro, ao diferente, a luta desses grupos contra a violência sofrida, ainda que assumisse a forma da violência, como a reportagem o representa, não pode ser colocada em pé de igualdade com a aversão sofrida, justamente porque tal luta não é contra o outro, mas sim contra a violência do outro. Vamos deixar mais evidente a armadilha epistêmica que a reportagem coloca. Os dois lados tratados como “violentos” não se equivalem. Enquanto uma violência é contra grupos, a outra é uma reação contra uma atitude violenta. A luta pelo direito à liberdade sexual, por exemplo, não nasce para eliminar a presença daqueles cuja orientação é heterossexual, apenas reage contra a ação política de negar a existência ou a presença de homossexuais na sociedade. A simulação da simetria entre ação e reação resulta de uma dissimulação, sobre a qual alerta um famoso poema de Bertolt Brecht (1973, p. 71): “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”. Em outras palavras, Foucault (2009, p. 105) explica que “onde há poder há resistência”. A resistência das minorias sociais e a insubmissão contra uma subjetividade idealizada pelo outro são estratégias de sobrevivência, formas importantes de cuidado e afirmação de si. Assim, confundir a violência do opressor com a reação do oprimido é reproduzir uma falsa simetria que compromete a compreensão das lutas por uma sociedade mais justa.

O jornalismo incorporou, ao longo da história, a prática de apresentar os dois lados de um debate, por uma série de fatores, como a busca por imparcialidade, a fim de manter a sua legitimação social. Ao empregar técnicas que dessem conta da agilidade almejada sem abrir mão de uma pretensa objetividade, a cobertura jornalística dos dois lados do fenômeno por vezes assume a forma de “doisladismo”, isto é, de um equilíbrio falso (Kirby, 2023). Soma-se ao falseamento desse equilíbrio o fato de as próprias instituições midiáticas estarem cada vez mais sendo aparelhadas por atores políticos conservadores (Fonseca, 2003), a ponto de hoje o doisladismo ser motor exatamente da distorção que o jornalismo alega combater.

No caso da matéria da *Veja*, ao nivelar os dois lados das disputas sociais, o enquadramento promovido pelos artifícios de simulação e dissimulação aponta para uma agenda já conhecida de manutenção do *status quo*. Mas o que nos interessa aqui é mostrar como a equivalência forjada entre quem exerce violência contra o diferente, de um lado, e quem reage a esta violência sofrida, de outro, constitui uma falsa simetria que dificulta a compreensão da complexidade da dimensão política em jogo. O argumento da *Veja* se assemelha à “teoria dos dois demônios” (Oliveira; Reis, 2021), teoria falaciosa que comparava a violência de uma ditadura que sequestrou, torturou e matou dezenas de milhares na Argentina das décadas de 1970 e 1980 à suposta violência de grupos de esquerda tachados de terroristas. Tanto lá quanto cá, ao equiparar lados

completamente assimétricos do campo social e político, o enunciador suaviza o lado hegemônico, que regulamenta a população e disciplina os corpos.

Ao notar que a discussão sobre as estratégias retóricas da *Veja* envolve temas como poder, subjetividade e resistência e que a reflexão sobre a oposição do jornalismo às *fake news* remete ao que Foucault chama de “vontade de verdade” — já que, como instituição epistêmica legitimada, o jornalismo adquire prestígio justamente como opositor às engrenagens da desinformação —, entendemos como fundamental chamar o filósofo francês para o debate, o que faremos com mais profundidade no tópico a seguir.

“O EXAGERO DA PATRULHA”: UMA FALA FRANCA?

Da produção do saber às práticas do poder, passando pela constituição da subjetividade, os temas do debate filosófico tecido por Foucault, de alguma forma, sempre são atravessados por questões sobre a verdade. Contudo, “não se trata tanto de problematizar o valor de verdade de uma proposição, enunciado ou discurso, mas a verdade enquanto um valor implícito ao discurso.” (Noto, 2010, p. 19).

Foucault se preocupa mais com a maneira com a qual os sujeitos se relacionam historicamente com a verdade do que com as condições lógicas e formais de possibilidade que levariam ao conhecimento verdadeiro. Ele busca responder como a verdade se constituiu enquanto uma forma de conhecimento e um discurso socialmente desejável (Foucault, 2006). A fim de explicar a leitura do filósofo francês sobre a verdade, Lorenzini (2020, p. 195) declara:

a verdade não é exclusiva nem originalmente uma questão científica ou epistemológica, mas uma questão política, ou melhor, ético-política. [...] A verdade não está inscrita no coração da realidade como um atributo essencial e original que simplesmente precisamos descobrir; ao contrário, é sempre produzida em relação a uma realidade específica.

A verdade, como uma questão ético-política, é diferenciada do “verdadeiro” por Foucault na sua aula inaugural do Collège de France, *A ordem do discurso*. Ele chama a atenção para os modos como os discursos acabam se moldando àquilo que é considerado correto em determinado contexto, a fim de serem tidos como verdadeiros: “não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (Foucault, 2006, p. 35). Ou, como complementa Carolina Noto (2010, p. 22): “Para que um enunciado seja aceito em uma época, para que possa ser legitimamente dito, para que esteja no verdadeiro, basta seguir certas regras ditadas pela disciplina a qual pertence”.

Tais conjuntos de regras apontam para a vontade de verdade que domina as nossas sociedades, a vontade de se opor ao falso, mas configurada a partir de contingências históricas que implicam algum tipo de coerção social. Foucault (2011) critica a dominação do regime de verdade no *Ocidente*, à luz da Grécia

antiga. Para isso, retoma os exemplos de Sócrates, que morreu por questionar a autoridade estabelecida, e da corrente filosófica conhecida como Cinismo, experimentada por Diógenes, que renunciou às comodidades supérfluas e resistiu a um modo de vida que não lhe parecia coerente, mostrando que se conformar não é uma opção na luta contra os mecanismos sociais de poder.

A verdade, para Foucault, submete, implica e afeta aquele que diz. Ela está vinculada à vontade de liberdade e de ação em processos de constituição da subjetividade. No conceito grego de *parresia*, o autor vai encontrar um modo de mostrar que seu olhar não está voltado a uma forma discursiva preocupada com a verdade objetiva, com um referente externo e, sim, com os efeitos de melhoria do sujeito, “na modificação que este dizer produz tanto naquele que fala quanto naquele a quem se fala” (Noto, 2010, p. 22).

Parresia é a modalidade da fala franca e livre, do dizer tudo, sem reserva nem dissimulação, explicada por Michel Foucault em conferências no ano de 1983 e retomada em 1984, no seu último curso no Collège de France, *A Coragem da Verdade*. Nele, Foucault (2011) analisa não as formas como o discurso é recebido como verdadeiro e, sim, o ato pelo qual, dizendo a verdade, o sujeito falante representa a si mesmo. Para o filósofo francês, era exigida coragem no jogo parresiano, pois o parresiasta sempre assumia certo risco diante da presença indispensável do outro a quem seria dirigida a desagradável franqueza.

O parresiasta foi resgatado por Foucault (2011) para concluir que, se a *parresia* não desapareceu, encontra-se enxertada e apoia-se em 3 modalidades: 1) no discurso revolucionário, quando assume a forma de crítica da sociedade existente; 2) no discurso filosófico, quando reflete sobre a finitude humana em críticas de ordem do saber ou da moral; 3) ou no discurso científico, quando envereda pela crítica aos preconceitos, aos modos de fazer atuais e às instituições dominantes.

Diante da relação com a liberdade e a crítica, haveria uma *parresia* jornalística quando a atividade noticiosa abre mão da imparcialidade e da objetividade, como no jornalismo literário, e impulsiona o locutor a um posicionamento, pouco aceito no jornalismo cotidiano (Ritter, 2018). Não é o caso da *Veja*, evidentemente. No entanto, o enfrentamento da reportagem em questão à onda progressista chamada por ela de “universo *woke*” pode se confundir com um modo de *parresia*, ao assumir discursivamente uma posição de denúncia ao “movimento *woke*”, performada como uma atitude corajosa, como lemos no seguinte recorte:

o *maniqueísta* universo *woke*, que divide o mundo entre opressores e oprimidos, *ignora* nuances e fecha os olhos a falhas do lado “certo”, produzindo, em alguns casos, *até violência*. [...] O uso da linguagem neutra, nesse universo, é um *mandamento*, fazendo do emprego do verbete “todos”, em vez de “todes”, *praticamente um insulto*. De novo: são reivindicações válidas e positivas para quem quiser adotá-las, mas não justificam a *ira moralista dos censores de plantão* contra quem prefere não mudar os pronomes. [...] Os *extremistas “despertos”* vestem um *manto de superioridade moral* ao *decretar* que todos os que não pertencem

ao clube estão adormecidos, iludidos, errados. O instinto do movimento é encerrar qualquer tipo de debate — daí o *pendor pelo cancelamento*. Ele também impõe uma espécie de hierarquia, na qual *quanto mais oprimida, maior o direito da pessoa de pautar a discussão*. [...] A radicalização da cultura *woke*, no entanto, faz mais mal do que bem à causa pela qual milita (Péchy, 2024, grifos nossos).

Aparentemente, há coragem no ato de denunciar supostos “maniqueístas”, “moralistas”, “censores de plantão”, “extremistas despertos” com “manto de superioridade” que “agem com violência” diante do não cumprimento de seus “decretos” ou “mandamentos”, pendendo ao “cancelamento” e à “radicalização”. Contudo, tal crítica representa pouco (ou nenhum) risco à revista, já que não ameaça os anunciantes nem os consumidores da revista, que são os dois lados que sustentam economicamente sua atividade, muito menos as instituições dominantes na sociedade. Ao contrário, essa forma discursiva refina o contrato com os leitores, já que sustenta tanto o dito quanto os modos de dizer da revista, como explica Verón (2004). Para o autor, o contrato de leitura é o vínculo que se cria entre meio de comunicação e leitores, a partir de estratégias discursivas que deixam no enunciado marcas da enunciação e do enunciator e que propõem um lugar ao destinatário, diferenciando aquele suporte dos demais. Nesse sentido, *Veja* ratifica o contrato com o seu leitor, com quem se afina ideologicamente, ao assumir o “risco do cancelamento” por aqueles a quem se opõe: a “turma da patrulha”, simulada na capa pela figura de um sujeito que, contraditoriamente, tem traços físicos de um skinhead, em uma associação indevida, como vimos na análise da segunda forma de simulação, pois inventa a relação imagética de um sujeito raivoso, remetendo sua denúncia dupla (supostamente corajosa) tanto à cultura *woke* quanto ao discurso do ódio. Tais conclusões a respeito do contrato de leitura da *Veja* encontram eco em resultados de pesquisas como os da tese de Carla L. S. da Silva (2005) sobre os interesses de classe defendidos na linha editorial dessa revista. Segundo a autora,

A revista assume o papel de Estado Maior de um projeto discutido no âmbito do Fórum Nacional [...]. Dele fazem parte remanescentes de vários grupos de organização da direita [...]. Buscava, portanto, administrar os conflitos intra-classe dominante, apontando uma direção para a dominação, sistematizando a coerção e defendendo formas de repressão. Justamente por ser um instrumento de defesa incondicional da abertura da economia *Veja* se coloca como portadora dos “interesses nacionais”. [...] Sua linha editorial se coloca contra todo e qualquer elemento impeditivo do processo de desregulamentação. Mas, mais do que combater os movimentos sociais - o que também faz - combate as manifestações do “atraso” (Silva, 2005, p. 627-8).

A *Veja* se apresenta como defensora dos interesses nacionais, desde que vinculados a um projeto do capital “para o qual a única verdade permitida é o mercado” (Silva, 2005, p. 628), e para ela os movimentos sociais seriam um dos sujeitos do atraso a se combater, conforme a autora. A revista prepara campanhas temáticas, propondo soluções para problemas políticos e econômicos do país, como parece fazer em relação ao que chama de “exagero da patrulha”.

É importante destacar que, como explica Silva (2005, p. 634), temas culturais como o da matéria em questão “são indissociados da economia política, posto que são essenciais para a manutenção e reprodução do sistema do capital [...], agindo no sentido de definir um estilo de vida, central para o projeto político e econômico gestado em *Veja*”. Com isso, não visamos aqui confirmar o que já se sabe sobre o posicionamento jornalístico da revista, simplesmente, e sim mostrar que há uma coerência institucional no posicionamento manifesto na matéria analisada, mas que ele não é suficiente para tornar o discurso *parresista*. Faz-se necessário lembrar que a *parresia*, como explica Foucault (2011), opõe-se à arte da retórica, pois na retórica não há compromisso entre aquele que fala e o que ele diz, como na *parresia*. Na retórica, o dito é ornamentado de forma a agradar o destinatário e, na relação contratual, no caso estudado, o dispositivo jornalístico agrada o seu leitor ao reforçar sistemas de crença. Vejamos mais como isso se efetiva.

Como vimos, a verdade é socialmente desejável e, no jornalismo, ser tido como verdadeiro é inegociável. Para produzir efeito de verdade e gerar credibilidade, dados estatísticos são selecionados e apresentados na matéria em análise: “Nos Estados Unidos, das 500 tentativas de demitir professores universitários desde 2015, mais da metade (52%) partiu de acadêmicos alinhados com a esquerda mirando conservadores” (Péchy, 2024) — o que é reforçado pela citação de fontes legitimadas socialmente, mas que confirmam apenas o enunciado da revista:

“Esses jovens enxergam os judeus como opressores dos palestinos e, portanto, não podem vê-los como vítimas em nenhuma circunstância”, diz o historiador Doron Ben-Atar, da Universidade Fordham. [...] “É um ativismo simbólico, que perdeu contato com a realidade”, diz a professora Zavattaro (Péchy, 2024).

Além do efeito de verdade, há um didatismo no uso de citações e exemplos que conduzem a conclusões aparentemente inequívocas, reforçadas por ilustrações como fotos e quadros pedagogicamente apresentados para a confirmação da tese defendida. Isso se repete em textos de opinião da revista sobre o tema, que pouco se distinguem do enunciado analisado aqui, também em termos de adjetivação, uso de hipérboles e na forma como desqualificam as táticas de resistência dos movimentos progressistas, estimulando o silenciamento do pensamento crítico contra formas sociais de controle dos corpos e dos discursos. Ainda, como explica Silva (2005) sobre a *Veja*,

O mesmo é dito de formas parecidas incansáveis vezes e sob vários aspectos. [...] As duas técnicas são seu eixo: desinformação e passividade. [...] o apassivamento dos sujeitos é o objetivo final da revista. É como se com isso colocasse mordanças nos sujeitos que vivem a história que ela narra e conforma. Ela fala por eles, que devem apenas observar, jamais agir (Silva, 2005, p. 638).

Diante dessa reflexão sobre o apassivamento dos sujeitos como objetivo da revista, é importante voltarmos à compreensão foucaultiana de que a verdade (como valor e não como efeito) é uma questão ético-política, posto que a fala

franca como atitude crítica tem repercussão social e, logo, é arriscada. Para Foucault (2015), a atitude crítica resulta da não aceitação do que determinada autoridade diz ser verdadeiro; resulta de uma forma de desobediência ao exercício de poder que quer governar o sujeito. Em suas palavras, “a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se outorga o direito de interrogar a verdade sobre os seus efeitos de poder e o poder sobre os seus discursos de verdade” (Foucault, 2015, p. 35). Nesse sentido, o “movimento woke” incomoda, pois rejeita e desobedece a formas discursivas e regimes tradicionais que exercem poder sobre os corpos; e a revista se distancia de uma atitude crítica, em termos foucaultianos, ao estimular o apassivamento de quem exerce a “[...] arte da insubmissão voluntária, da indocilidade refletida” no cuidado de si e do outro (Foucault, 2015, p. 35). Ao revisar como o próprio filósofo francês se coloca no lugar de crítica e verdade que ele propõe a sujeitos insubmissos, Lorenzini (2020, p. 193) sinaliza que

a questão essencial que Foucault levanta no âmbito político-moral [...] [é] se ele está ou não disposto a se tornar um sujeito crítico, isto é, que se opõe aos mecanismos governamentais de poder (que tentam governá-lo no interior de nosso regime contemporâneo da verdade), esforçando-se para inventar novas formas de viver e de ser.

No exercício de aproximar tal reflexão do nosso objeto de análise, concluímos que, se a suposta criticidade da *Veja* não a opõe aos mecanismos governamentais de poder, não há nela parresia. Pelo contrário, a revista reforça as tradicionais formas de viver, ao apontar supostos excessos daqueles que reivindicam novas formas de ser. A jornalista assume que “o termo [*woke*], cunhado nos anos 1930 para designar a necessidade de alerta constante contra o preconceito racial, e assim usado por Martin Luther King e outros ativistas, ganhou as redes e passou a englobar um saco de gatos de questões identitárias” (Péchy, 2024) e ainda afirma, no fim do texto, que “o termo *woke* foi cooptado por políticos do Partido Republicano para simbolizar todos os males e justificar agendas retrógradas, que ameaçam direitos conquistados” (Péchy, 2024). Todavia, não ilustra as consequências negativas da ressignificação do termo pela direita política e até ratifica tal ressignificação, quando condena de forma generalizada a “cultura” ou “bolha *woke*”, como se o *woke* já fosse sinônimo de exagero e “esquisitice”: “um apanhado de *esquisitices* se mistura a modificações efetivamente sensatas que, por causa dos *exageros*, acabam não sendo levadas a sério, nem sequer compreendidas pela maioria fora da *bolha woke*” (Péchy, 2024, grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como Foucault, não pretendemos neste artigo descortinar uma verdade oculta nem nos cabe julgar o movimento *woke* como bom ou ruim, adequado ou exagerado, apesar de acabarmos refletindo sobre nuances silenciadas a seu respeito pelo nosso recorte de pesquisa, a reportagem principal da edição 2880 da revista *Veja*. Buscamos problematizar práticas jornalísticas que, como no caso analisado, têm o potencial de gerar desinformação, por formas de

dissimulação e simulação, mesmo regidas por regimes de verdade da sociedade ocidental contemporânea.

Na análise da *Veja*, identificamos uma falsa simetria entre bandeiras políticas a favor de direitos humanos e práticas políticas intolerantes, típicas do discurso do ódio. Essa falsa simetria pode ser entendida como uma distorção cognitiva produtora de desinformação, mas tal distorção não é percebida como distorção, pois a revista e seu público partilham o mesmo enquadramento, que tende a uma postura política conservadora, como vimos. Os artifícios retóricos de simulação e dissimulação que a reportagem utiliza reforçam o contrato de leitura que revista e público guardam e, logo, a opinião prévia de ambos, o que dificulta a percepção de uma outra forma aceitável de compreender o fenômeno. A adesão aos estigmas do “*woke*” que apresenta seus adeptos como intolerantes, exagerados e canceladores, equiparando-os ao lado oposto daqueles “cuja violência pretendiam denunciar”, foi interpretada no presente texto como uma performance de parresia, pois constitui uma atitude retórica que se apresenta ao público como uma coragem de dizer a verdade.

Entretanto, movimentos como os ilustrados na capa da *Veja* (LGBTQIA+, Vidas Negras Importam etc.), que têm feito críticas muitas vezes ácidas às instituições e lutado por mudanças sociais, não mais aceitando atitudes ou enunciados opressores, por seu teor revolucionário, mesmo admitidos possíveis exageros em algumas das suas feições, aproximam-se mais da *parresia*, sobre a qual fala Foucault, do que o discurso da revista *Veja*, que pouco ou quase nada põe em risco nas relações de poder vigentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alfonso de. O discurso das fake news e sua implicação comunicacional na política e na ciência. *In: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis)*, v. 14, n. 1. 2020.

ALLEN, Steve. **As 59 falácias lógicas mais poderosas**. USA: Createspace Independent Publishing Platform, 2017.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; OLIVEIRA, Thaiane Moreira de. Desinformação e mensagens sobre a hidroxicloroquina no Twitter: da pressão política à disputa científica. *In: Atoz: novas práticas em informação e conhecimento*, v. 9, n. 2. 2020.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRECHT, Bertold. **Poema**. Lisboa: Presença, 1973.

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. *In: Opinião Pública*, v. 9, n. 2. out 2003.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **O que é a Crítica?** Seguido de A Cultura de Si. Lisboa: Texto e Grafia, 2015.

LORENZINI, Daniele. Foucault, Regimes de Verdade e a Construção do Sujeito. *In: Cadernos de Ética e Filosofia Política-USP*, n. 37, p. 192-204. 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação** – projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

NOTO, Carolina de Souza. Vontade e Verdade em Foucault. *In: Philósophos*, v.15, n.2, p.11-28. Goiânia, Jul./Dez. 2010

OLIVEIRA, Frederico Ramos. **As fake news e a produção jornalística de referências**. Salvador: Edufba, 2023.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *In: Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 21-35. 2020a.

OLIVEIRA, Thaiane. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. *In: Liinc em Revista*, v. 16, n. 2, p. e5374-e5374. 2020b.

OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy Silvério dos. A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. *In: Revista Direito e Práxis*, v. 12, p. 48-76. 2021.

PÉCHY, Amanda. Onda 'woke' ganha força, e reproduz a intolerância que diz combater. *In: Veja*, n. 7, ed. 2880, p. 148-161. São Paulo, 16 fev. 2024

PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 20, n. 3, Jul-Set 2020.

QUADRADO, Jaqueline.; FERREIRA, Ewerton. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. *In: Revista Katálisis*, v. 23, n. 3, p. 419-428. Florianópolis, set./dez. 2020.

RITTER, Eduardo. Jornalismo Gonzo e parresia na Política: O texto literário de Hunter Thompson como oposição a Richard Nixon. *Revista Científica de Comunicação Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, v. 11, n. 2. Belo Horizonte, e-Com, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. Definir desinformação é preciso. *In: SANTAELLA, L. (Ed.). Flagelos da desinformação*. São Paulo: Educ, 2023. p. 25-54.

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos, SILVA Mônica Tereza Mansur. Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, Discriminação e Racismo em Redes Sociais. In: Conpedi/Uninove, 22., 2013, São Paulo, **Anais [...]**. Florianópolis: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade, 2013, p. 82-99.

SILVA, Carla Luciana Souza. **VEJA**: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002), 2005. 258 f. Tese (Doutorado em História) - UFF / UNIOESTE, Niterói, 2005.

SIMION, Mona. Knowledge and Disinformation. *In: Episteme*, p. 1-12. jun. 2023.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

Recebido em:
23/10/2024

Aprovado em:
06/10/2025

**Disponibilidade de
dados de pesquisa:**

Os dados de pesquisa
estão disponíveis no
corpo do documento.

Editores responsáveis:

- Adriana Teixeira
- Fábio Fonseca de Castro
- Maurício Ribeiro da Silva
- Norval Baitello

LIDIANE SANTOS DE LIMA PINHEIRO

Professora do Bacharelado em Relações Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora do GPEDS - Grupo de Pesquisa em Estudos do Discurso e Semiótica da UNEB. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e Pós-doutora CNPq.

lislima@uneb.br

**RENATA CORREIA LIMA
FERREIRA GOMES**

Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

renatafgomes@ufrb.edu.br

TARCÍSIO DE SÁ CARDOSO

Professor da Faculdade de Comunicação e da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do GPESC-BA - Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação da Bahia (UFBA) Doutor em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

tcardoso@ufba.br

CONTRIBUIÇÕES DE CADA AUTOR:

Lidiane Pinheiro dedicou-se à fundamentação teórica e à conceituação da parte “O exagero da patrulha”: uma fala franca?, bem como à curadoria de dados, metodologia, análise formal do corpus e escrita – primeira redação, revisão e edição. Renata Gomes dedicou-se à fundamentação teórica e à conceituação de doisladrismo e teoria dos dois demônios, curadoria de dados, análise formal do corpus, escrita da primeira redação e revisão. Tarcísio Cardoso ficou responsável pela fundamentação teórica e conceituação da parte Crise epistêmica e o debate entre jornalismo e desinformação, além da curadoria de dados, metodologia, análise formal do corpus e escrita – primeira redação, revisão e edição.